

FLEXÃO E DERIVAÇÃO – DOIS PROCESSOS MORFOLÓGICOS

Sirlene DUARTE*

1. Introdução

Embora devemos, e muito, aos estudos efetuados pelos gregos – Platão, Aristóteles, os estóicos e os sábios alexandrinos – é interessante observar que nenhum deles percebeu a distinção entre os processos morfológicos da flexão e da derivação. Estes dois processos foram por eles tratados como se fizessem parte do mesmo fenômeno, considerados apenas como variação sofrida pelas palavras. Tomaram o tempo, o modo, pessoa, número nos verbos, ou gênero, número, caso nos nomes, ao lado da formação de advérbios derivados de adjetivos, grau dos nomes, superlativo dos adjetivos, ou ainda outros casos de derivação propriamente dita, como o fez Dionísio da Trácia, englobando gênero, número, caso (próprios do processo de flexão) e tipos (primitivo e derivado – próprios do processo de derivação), com se fosse tudo isso uma coisa só e por ele denominado de *parepómena*. Para Robins (1979, p. 27), “os *parepómena* referem-se de modo coletivo a diferenças gramaticais relevantes das formas das palavras, incluindo categorias flexionais e derivacionais.

Todas as alterações das formas das palavras eram tratadas como sendo variações vocabulares.

É propósito, do presente texto, efetuar uma discussão sobre esses dois processos morfológicos – flexão e derivação –, buscando as propriedades distintivas que caracterizam cada um deles e procurando estabelecer-lhes os limites.

* Docente do Curso de Letras da UFG, Campus Catalão.

2. *Declinatio voluntaria et naturalis*

A distinção referente aos dois processos morfológicos somente apareceu com os estudos feitos por Varrão, um gramático latino que viveu cerca de 116 a 17 a.C.

Varrão organizou o estudo da gramática latina em três seções distintas: a *etimologia*, a *variação vocabular* (que corresponderia ao que chamamos de *morfologia*) e a *sintaxe*, apresentando significativas contribuições aos estudos tanto da primeira quanto da segunda seção; no que se refere à sintaxe, segundo Robins (1979), muito pouco, ou quase nada, de seus escritos foi conservado, apenas alguns fragmentos. Neste trabalho, interessa-nos diretamente a variação vocabular (segunda seção), pela distinção proposta para os dois processos, conhecidos, hoje, por flexão e derivação.

Uma das mais argutas observação morfológica de Varrão diz respeito à diferença entre formação derivacional e flexional [...] Um dos traços característicos da flexão é a sua grande generalidade; os paradigmas flexionais quase não apresentam omissões e são, em regra, os mesmos para todos os falantes do mesmo dialeto ou do uso lingüístico reconhecido como padrão. Esta parte da morfologia Varrão chamou “variação natural” (*declinatio naturalis*), porque, dado uma palavra e a declinação a que pertence, podemos inferir todas as suas outras formas. Por oposição, o uso e a aceitabilidade das formas sincronicamente derivadas variam de uma pessoa para outra e ainda em decorrência da forma primitiva [...] Esta parte da morfologia, que é de natureza facultativa e menos ordenada e que serve para dar à linguagem muito da sua flexibilidade, Varrão chamou “variação voluntária” (*declinatio voluntaria*). [ROBINS, 1979, p. 39]

A distinção feita por Varrão foi um grande avanço para os estudos lingüísticos em sua época e tem servido para fundamentar as explicações sobre os dois campos morfológicos realizadas pelas gramáticas normativas atuais.

Todavia, embora a distinção feita seja relevante, principalmente porque possibilitou marcar os paradigmas da flexão e da derivação, demonstrando tratar-se de processos distintos, não podemos esquecer de que se trata de um ponto de partida para novos estudos e não de uma questão definitiva e acabada, a que nada mais cabe acrescentar ou mesmo questionar. Por assim dizer, Varrão, em sua época, organizou o material de estudo e apresentou uma direção de como o assunto deveria ser tratado. Não utilizou o termo, hoje em voga e consagrado, *flexão* – este apareceu, pela primeira vez, como um termo gramatical a partir da tradução de *Biegung*, que em alemão significaria *flexão, curvatura*, utilizado por Friedrich Schlegel em 1808, tentando demonstrar, segundo Câmara Jr. (1970, p.71), “que um vocábulo se dobra a novos empregos”.

O paradigma da flexão possui uma lista limitada, não se podendo introduzir nele novos elementos, por isso é de inventário fechado e o uso dos elementos deste paradigma, que produz apenas uma variação na mesma palavra, é obrigatório. O usuário da língua portuguesa, por exemplo, para marcar o tempo verbal desejado em um ato comunicativo, obedece, obrigatoriamente, ao paradigma da conjugação a que o verbo pertence, entrando naquele ponto da frase apenas tal elemento categorizador do tempo exigido e somente ele. A regularidade e a obrigatoriedade são características desse paradigma rígido e coeso.

na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela natureza da frase, e é *naturalis* no termo de Varrão. É a natureza da frase que nos faz adotar

um substantivo no plural ou um verbo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito. (CÂMARA JR., 1970, p. 72)

O paradigma da derivação também possui uma lista limitada, não ocorrendo a criação de novos elementos, portanto também é de inventário fechado. No entanto, ao contrário da flexão, ao usuário da língua é dada a escolha de usá-lo ou não; pode-se, a partir dele, criar novas palavras – fato que possibilita a dinâmica da língua e a expansão de seu léxico, o que não ocorre com a flexão. Numa frase como: “*Fiz e refiz o trabalho várias vezes*”, o falante pode não utilizar a forma derivada *refiz*, colocando em seu lugar a expressão *tornei a fazer*; além da não obrigatoriedade, o mesmo processo (/re-/ + verbo) não se aplica a todos os verbos em Português, por exemplo, não há **reser*, **rechegar*, **reolhar*, embora haja *rever*. Nesse sentido, o modelo é menos rígido que o da flexão, caracterizando-se por ser mais flexível, possibilitando assim um maior número de combinações a fim de criar novas palavras.

O primeiro adjetivo [*voluntaria*] destina-se a esclarecer o caráter fortuito e desconexo do processo. As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere. De *cantar*, por exemplo, deriva-se *cantarolar*, mas não há derivações análogas para *falar* e *gritar*, outros dois tipos de atividades da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou deixar de usar o vocábulo derivado. Foi ela que sugeriu a Varrão o adjetivo *voluntaria*. (CÂMARA JR., 1970, p. 71)

3. Dificuldades em estabelecer limites

Não é fácil, porém, estabelecer um limite rigoroso entre esses dois processos. Em alguns casos há dificuldades reais em separar e dizer se certos elementos pertencem ao paradigma da flexão (*declinatio naturalis*) ou ao paradigma da derivação (*declinatio voluntaria*), ou, dito de outra forma, se certas palavras são palavras novas derivadas de uma dita primitiva (processo de derivação) ou se são formas diferentes, fletidas, de uma mesma palavra (processo de flexão).

Normalmente, a diferença entre palavras distintas e formas diferentes da mesma palavra é colocada a partir da diferença entre flexão e derivação. O problema é que não há uma distinção nítida e definitiva entre os conceitos de flexão e derivação [...] Devemos considerar, digamos *perdido* como uma forma do verbo *perder* ou como uma outra palavra? Essa equivale à questão de se devemos considerar o particípio passado como um caso de flexão ou um caso de derivação. (BASÍLIO, 1987, p. 12)

De fato, seria o bastante lembrar aqui do particípio dos verbos. As marcas *-ado* e *-ido*, em *andado*, *folgado*, *cansado*, *vendido*, *partido*, *lido*, seriam elementos sufixais responsáveis pela flexão desses verbos, ou derivacionais, permitindo a criação de adjetivos ou substantivos pelo processo de derivação? Comparemos:

1. a) O prédio foi *vendido* por alto preço.
b) O prédio *vendido* por alto preço não valia tanto.
c) Aquele deputado é um *vendido*.
2. a) Tenho *lido* muito ultimamente.
b) Ele é um homem muito *lido*.
c) **
3. a) Tens *andado* por caminhos tortuosos.
b) Viaja muito. É um homem *andado*.
c) Tem um *andado* meio cambeta.
4. a) Tenho *folgado* todas as sextas-feiras.

- b) És um jovem muito *folgado*.
- c) Este *folgado* pensa que me intimida.
- 5. a) Tenho-me *cansado* com frequência ultimamente.
- b) Um operário *cansado* produz pouco.
- c) Aquele *cansado* tem cara de bobo.
- 6. a) O cabo de aço foi *partido* ao meio.
- b) O instrumento *partido* não tem mais concerto.
- c) Não tomo *partido* nestas questões.

As formas destacadas em (a) de todos os exemplos são, de fato, formas verbais funcionando nas frases, inclusive, como verbos principais, para usar a nomenclatura da gramática normativa escolar. As mesmas formas que aparecem em (b) de todos os exemplos, no entanto, são adjetivos, todas elas especificando um substantivo; e as que aparecem em (c) são substantivos, exceto em (2.c), cujo exemplo não encontramos.

Além dessa comprovação, podemos ainda lembrar que o particípio sofre flexão em gênero e número concordando com o substantivo a que modifica. Assim, se trocarmos o substantivo *prédio* por *casas* do exemplo (1.b), a frase ficaria: *As casas vendidas por alto preço não valem tanto*.

Afinal, seria bom lembrar que Dionísio da Trácia, quando apresentou o particípio como sendo uma classe de palavra autônoma (por ele denominada *metoché*), o definiu como “parte do discurso que compartilha das características do nome e do verbo” (apud ROBINS, 1979, p. 27); e o próprio Robins (id.ib.) comentando Dionísio afirma:

As duas partes primárias do discurso, nome e verbo, opõem-se pela presença e ausência deste traço [flexão de caso]; o particípio, porém, possui as flexões de caso e de tempo e participa (*metéchei, participat*, em latim) das relações sintáticas próprias dos nomes e dos verbos.

A dificuldade em separar os dois processos – flexão e derivação – não se restringe apenas ao particípio, como já foi demonstrado através dos exemplos, mas também quanto ao gerúndio ela se instala.

Em Sandmann (1991, p. 32), lê-se: “Em cartaz de centro acadêmico li: *alunos, formandos* ou *cursandos*, esta última formação nova não registrada pelo Aurélio”.

Formandos e *cursandos*, no texto citado, são formações caracterizadas pelo processo de derivação sufixal e aparecem não como uma categoria verbal, mas como uma categoria nominal (classe dos substantivos). Percebe-se, inclusive, que ambas estão flexionadas em número, plural, seguindo o modelo da flexão nominal, podendo, também, aparecer flexionadas em gênero feminino (*formandas*), o que não é marca possível em classe de verbos.

Outros casos podem ser apresentados para demonstrar que o exemplo mencionado não se trata de um fato isolado: *alfabetizando, educando, graduando, bacharelado, especializando, mestrando, doutorando, vestibulando, entrevistando* ou *testando* [estes dois últimos aparecendo em texto produzido por Sandmann (1991, p. 86)], em que o gerúndio também não aparece como uma categoria verbal e sim nominal; ou seja, o mesmo fato anterior pode ser constatado: as novas palavras formadas flexionam-se em número: singular/plural (*alfabetizando/alfabetizando*; *educando/educando*) e em gênero: masculino/feminino (*alfabetizando/alfabetizando*; *educando/educando*).

Não é sem razão que a Gramática Tradicional costuma chamar o particípio e o gerúndio, bem como o infinitivo, de *formas nominais do verbo*.

No entanto, se atentarmos para os exemplos apresentados, podemos perceber que a questão toda parece resolver-se no plano do sentido e da função sintática que as formas verbais – particípio e gerúndio – assumem nos

enunciados. Considerados isoladamente são apenas possibilidades de sentido, de classificação morfológica e de funções sintáticas – possibilidades que se atualizam e se efetivam no interior das enunciações.

4. A questão do grau – uma pequena confusão

Diferente dos anteriores é o caso da categoria chamada *grau* que em algumas gramáticas normativas aparece como flexão dos nomes e em outras pertencente ao processo de derivação sufixal e outras mais como flexão dos nomes e como derivação ao mesmo tempo. Na verdade, o que subsiste é uma confusão de abordagem e não a impossibilidade ou dificuldade de uma demarcação precisa.

A nosso ver, o sufixo marcador de grau é, de fato, um elemento pertencente ao paradigma da derivação – processo responsável pela formação de palavras. Uma das justificativas é a de que, em sua ocorrência, a noção de gradação nem sempre aparece, como nos exemplos *porta/portão; corda/cordão; camisa/camisola, camiseta, camisinha*. Tais exemplos nos levam a considerar que a função quantificativa ou gradativa, característica dos sufixos aumentativos/diminutivos, nem sempre aparece. Podemos observar que nos exemplos citados *-ão, -ola, -eta* e *-inha* aparecem como elementos formadores de palavras novas para expressar novos referentes: *camisola* refere-se a uma vestimenta própria para dormir, *camiseta* a uma vestimenta leve e *camisinha* a preservativo sexual. Há, inclusive, a possibilidade de, após tais sufixos, aparecerem os elementos que marquem gradação, por exemplo:

portão/portãozão/portãozinho;
cordão/cordãozão/cordãozinho;
camisola/camisolão/camisolona/camisolinha;
camiseta/camisetão/camisetona/camisetinha.

Conforme situações criadas no momento do discurso, tais sufixos podem marcar:

a) afetividade:

filho/filhinho: Este meu filhinho, depois dos cinquenta, vive sempre cansado.

marido/maridinho: O que aconteceu para meu maridinho ficar assim tão pensativo?

b) depreciação:

povo/povinho: O baile estaria melhor se aquele povinho não estivesse lá.

gente/gentinha: É essa gentinha que atrapalha qualquer festa.

time/timinho: Esse seu timinho não consegue nem mesmo empatar um jogo.

c) **apreciação ou valoração:**

carro/carrão: Veja só o carrão que seu cunhado comprou.

time/timão: Para o meu timão não há adversários.

mulher/mulherão: Veja só como a Cleide, depois do regime, está um mulherão.

Neste último exemplo, observa-se uma particularidade: a marca de gênero feminino está sendo transferida para o masculino, *-ão*, marca exclusiva do masculino, mas se refere, anaforicamente, a um substantivo feminino (Cleide), o que permite não se estabelecer a concordância dentro do mesmo domínio lingüístico; ou seja, não há concordância entre os elementos co-referentes: *Cleide e mulherão*.

Pelos exemplos apresentados, podemos dizer que a marcação de grau (aumentativo/diminutivo) nos nomes pertence ao processo de formação de palavras por derivação sufixal e não ao processo de flexão.

Sobre essa questão nos fala Câmara Jr. (1969, p. 50) com propriedade:

a expressão do “grau” não é apenas um processo gramatical em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si.

A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática.

Em latim, o morfema *-issimus* pertencia a um complexo flexional ao lado de *-ior*, próprio dos adjetivos num tipo de frase em que se estabelece a comparação entre dois termos para se afirmar que aquele referente ao adjetivo que tem o morfema é superior ao outro [...]. O uso de *-issimus* em latim para meramente a intensificação de uma qualidade era um subproduto do seu uso gramatical na estrutura da frase comparativa; não foi ele que levou a gramatologia latina a considerar *-issimus* dentro da flexão nominal. Se só existisse esse uso, como sucede em português, Varrão teria dito com certeza que se tratava de *declinatio voluntaria*.

5. Finalizando

No entanto, à parte questões como as apresentadas no uso do particípio e do gerúndio, podemos encontrar algumas características que estabelecem a diferença e marcam os dois processos. A flexão obedece a um padrão de regularidade sistemática e rígida, seu uso é uma exigência da natureza da frase e provoca a necessidade de concordância.

A derivação, por ser um dos mecanismos que possibilita a criação de novas palavras a fim de representar uma gama ilimitada de aspectos e expressá-los sob diversos matizes da experiência dos falantes, não obedece a um padrão de regularidade tão sistemático e rígido como a

flexão; seu uso não é obrigatório e não implica a concordância.

A distinção desses dois processos possibilitou aos estudiosos, atualmente, considerar o assunto em dois campos distintos, criando até mesmo uma divisão da Morfologia em *Flexional* e *Lexical* ou *Derivacional*.

Referências bibliográficas

BASÍLIO, Margarida. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1987.

CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa..** Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **Problemas de lingüística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1969.

ROBINS, R.H. **Pequena História da Lingüística**. Trad. do Prof. Luiz Martins M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1979.

SANDMANN, Antônio José. **Morfologia Geral**. São Paulo: Contexto, 1991.